

A Esquerda Política: Uma Questão de Renovação ou Superação?

Hugo Raoni da Silva Alves*

Introdução

Atualmente as disputas em torno dos termos e das concepções na “Esquerda” e “Direita” são muito comuns. Porém, como de costume em um ambiente de debates políticos improdutivos, tal qual tem sido o cenário do Brasil, as abordagens referentes a essa questão geralmente são superficiais e vagos, de maneira que confusões e ambiguidades se tornam predominantes nas perspectivas apresentadas. Diante da necessidade histórica de superação do capital e de todos os seus tentáculos é preciso clarificar conceitos e desvelar o real caráter que os compõe, de maneira que a densa névoa da ignorância e das deformações seja dissipada. Nesse sentido, o presente artigo visa desenvolver uma abordagem coerente dessa temática realizando uma crítica radical, pois se quisermos verdadeiramente construir um futuro onde a emancipação humana seja uma realidade esse processo é imprescindível para contribuir nesse sentido.

Definição e Desdobramentos Históricos

Historicamente, esquerda e direita têm origem durante a revolução francesa, mais especificamente na Assembleia Nacional Legislativa de 1791, onde no lado direito sentavam-se os girondinos, representantes da alta burguesia (fração da burguesia que mais foi beneficiada com a revolução de 1789) que adotavam posições moderadas e conservadoras, além de defenderem a monarquia e o respeito à constituição, e do lado esquerdo ficavam os jacobinos, radicais e partidários da revolução francesa e instauração da república, de maneira que houvesse a expansão dos ideais liberais da burguesia em ascensão. Posteriormente essa mesma divisão – entre esquerda e direita - irá ocorrer em outros momentos políticos da França e do mundo, bem como tais termos serão abordados como campos compostos por posições políticas fixas e específicas, porém sempre mantendo a essência dessa distinção inicial. No geral, posições de esquerda são consideradas progressistas e defensoras dos marginalizados e oprimidos, enquanto que posições de direita são conservadoras e próximas da burguesia.

* Ensino Médio completo, estudante autodidata de ciências sociais.

A metodologia adotada neste artigo é o materialismo histórico-dialético, bem como a perspectiva de classe é a proletária, portanto as abordagens acerca do tema, que têm como base esse método, devem levar em consideração, dentre outros fatores, a categoria da historicidade, que diz respeito aos processos de transformações históricas e como os conceitos se associam a esses. Dentro desse contexto, as definições de esquerda e direita, embora possam ser usadas a princípio para fins didáticos e introdutórios, jamais poderão abarcar toda a complexidade das posições políticas e como estas se inserem nos processos históricos, tanto como fatores influenciados quanto como fatores influenciáveis. Existe uma enormidade de concepções e posições que se desenvolveram ao longo da história do capitalismo, com todas as transformações da luta de classes e dos regimes de acumulação, e portanto aplicar definições tão genéricas para definir certas ideias, principalmente tomando como referência um contexto muito diferente como era da revolução francesa, onde as concepções políticas e sociais eram bem menos diversificadas do que as atuais, é no mínimo um reducionismo, que não raramente também desemboca em anacronismos e ambiguidades. O maior exemplo disso é que diversas ideias que podem ser encaixadas em ambos os espectros podem ser adotadas por uma mesma pessoa, e esta pode se definir de “centro”, “terceira via”. No interior desses espectros políticos também há discussões entre seus próprios partidários acerca de quais posições devem ser tomadas para que possam ser de fato caracterizados como esquerdistas ou direitistas, ao ponto de esquerdistas jogarem outros esquerdistas para a direita, e vice e versa, sempre com critérios relativistas (diferente das críticas feitas por marxistas autênticos aos pseudo-marxistas, já que estas possuem base teórica e metodológica clara). Outro exemplo é a existência da “Quarta Teoria Política”, fundada pelo Alexander Dugin (DUGIN, 2012) na qual existem não duas, mas quatro vias políticas principais (a primeira o liberalismo, a segunda o comunismo e a terceira o fascismo), onde a denominada quarta teoria política seria a superação das três primeiras (inclusive, adotando elementos que podem ser encontrados nas outras três). Esses e outros exemplos corroboram o reducionismo que é definir posições apenas como “direita” e “esquerda”. Desse modo, é necessário avançar no processo de esclarecimento e compreensão acerca do real caráter desses termos, pois embora sejam problemáticos e reducionistas, não significa que não sejam nada. Um autor que avança no processo de definição dos termos é José Chasin. Ele afirma que:

Em suma, esquerda e direita designaram originariamente e ainda designam graus no interior do universo político do capital, e, por outro lado, o que é sua acepção plena, historicamente desenvolvida, campos políticos de natureza diversa, compreendidos pela dinâmica excludente entre as lógicas do capital e do trabalho e suas respectivas formas societárias. O que distingue, por consequência, o campo da esquerda, figura organizada pela lógica humano-societária do trabalho, de posições na esquerda do leque político do capital (CHASIN, 1989, p.88).

Desse modo, Chasin usa como referência a relação fundamental entre trabalho e capital, e a partir disso defende que esquerda e direita se referem a níveis distintos de posições no interior do capital, o que por sua vez tem como pressuposto uma relação de complementariedade entre trabalho e capital, onde apenas certos ajustamentos seriam necessários para esgotar os problemas entre ambos. Porém, segundo ele, na concepção mais autêntica e desenvolvida, a esquerda é um campo de posições que reconhece o antagonismo inerente da relação entre capital e trabalho, e, portanto, tendo como base a perspectiva da transformação do trabalho, isto é, das relações de trabalho e de produção, visa superar esse antagonismo e o próprio capital. O Chasin avança no processo de definição desses conceitos porque não pauta sua abordagem em uma acepção genérica e superficial como é feito tradicionalmente, estabelecendo o núcleo de sua perspectiva na relação entre capital e trabalho, entre trabalho morto e trabalho vivo. Desse modo, a esquerda tradicional, que ele denomina de “não marxista”, não visa a superação do capital e a libertação do trabalho do jugo do mesmo (também por isso tendo muitas afinidades com a direita), enquanto que a “esquerda marxista” tem como finalidade principal tal empreitada.

Todavia, embora a concepção chasiniana da questão avance nesse processo de definição, ainda assim é limitada e problemática, uma vez que cai no equívoco de explicitar posições qualitativamente distintas com os mesmos termos, mesmo que acompanhados de “marxista” e “não marxista” na tentativa de diferenciá-los. Desse modo, ele diferencia posições na esquerda, isto é, posições que não são marxistas e revolucionárias, de posições efetivamente de esquerda, justamente as que têm como norte de transformação social a revolução. Mesmo ele diferenciando uma esquerda da outra, ainda assim parte da mesma lógica de “graus” citada por si próprio como intrínseca à esquerda e direita que pertencem ao universo do capital. Ora, se a “esquerda marxista” é radicalmente distinta da esquerda não marxista, por que definir ambas como esquerda? Como perspectivas estruturalmente diferentes podem ser definidas com um mesmo termo, com tal autor definindo a esquerda como algo que pode ser uma coisa e ao mesmo tempo

outra completamente distinta? Isso leva apenas a confusões e ambiguidades, e um dos pontos fundamentais para uma teoria coerente é a definição precisa das terminologias e o que elas expressam, de maneira que haja esclarecimento e clareza em um dado universo conceitual.

Nildo Viana é o autor que realiza essa ruptura com as designações direita e esquerda, realçando o caráter inerentemente burguês de ambas as posições e alertando para a necessidade de posicionar a teoria revolucionária como algo qualitativamente diferente e que, portanto, deve ser definida como tal. Ele afirma categoricamente:

Em síntese, direita e esquerda são termos problemáticos e abstratos que, no fundo, expressam duas posições burguesas, a do bloco dominante e a do bloco progressista. Setores deste último podem se tornar parte do bloco dominante (tal como os partidos socialistas e trabalhistas que conseguiram vitórias eleitorais e conquistaram governos na Europa e como o PT – Partido dos “Trabalhadores”, no caso brasileiro), mas isso é temporário e significa que assumem a posição conservadora com elementos de progressismo. A direita e a esquerda são duas posições no interior da sociedade burguesa e por isso não há antagonismo entre elas e sim oposição. O antagonismo ocorre entre os blocos dominante e progressista, por um lado, ou seja, a posição burguesa, e o bloco revolucionário, a posição proletária, por outro (VIANA, 2022, p. 30-31).

Desse modo, não existe antagonismo possível entre tais posições, apenas uma oposição, um conjunto de práticas e ideias que se distinguem em características superficiais, concernentes a pautas identitárias, políticas econômicas etc., mas que essencialmente defendem os mesmos interesses e agem conforme estes, ou seja, os interesses burgueses e burocráticos. São “dois lados de uma mesma moeda” (VIANA, 2022).

Tendo em vista a perspectiva revolucionária do proletariado, é necessário demonstrar as razões históricas da esquerda ter se tornado hegemônica no movimento operário e ter se apropriado discursivamente dos interesses dos trabalhadores ao longo do século XX. Isso ocorreu fundamentalmente em função da derrota da onda revolucionária presenciada nas duas primeiras décadas do século XX, sobretudo da revolução alemã e da revolução russa. Apesar de haver antecedentes ideológicos e políticos do que seria a esquerda após essas derrotas, com as influências exercidas por figuras como Lassale, Kautsky, Lenin, Bernstein etc., que já expressavam suas posições contrarrevolucionárias, embora se declarassem defensores da classe trabalhadora e da emancipação humana, é apenas com a derrota dessas revoluções que esse processo adquire seus desdobramentos mais avançados, já que mesmo com o grande impacto exercido por esses indivíduos e

diversos outros, as organizações partidárias de esquerda, sobretudo o Partido Social Democrata Alemão (a maior delas), eram permeadas por dissidentes internos autenticamente defensores dos interesses da classe trabalhadora que também impactavam no interior das mesmas. No Congresso de 1919 da III Internacional, após a revolução russa ter sido derrotada através da contrarrevolução burocrática efetivada pelo bolchevismo, Lênin já expressava sua vontade de impor as diretrizes do próprio bolchevismo dentro dos partidos comunistas ao redor do mundo, o que foi corroborado pela maioria dos congressistas presentes. Com a ascensão do Stálin ao poder e posterior consolidação da União Soviética como potência militar e política no mundo, esse processo de bolchevização se aprofunda e o modelo do “socialismo” soviético é exportado para diversos processos de libertação nacional ao redor do mundo, como o chinês, coreano etc.

Por um lado, os partidos comunistas adotavam o “marxismo-leninismo” como modelo a ser seguido em todo o mundo, influenciando massas de militantes a também adotarem, justificando tal posição como “revolucionária”. Por outro, o reformismo também se consolidava e dava contornos cada vez mais burgueses à social-democracia, que já expressava os interesses da burguesia, mas com um discurso pretensamente revolucionário, principalmente difundido por Kautsky e Bernstein e a ideologia de “socialismo progressivo”. A derrota da revolução alemã e o papel da social-democracia alemã nesse processo, com apoio do Partido Comunista Alemão, além de sindicatos, revelou de forma cabal o verdadeiro caráter dos partidos social-democratas e seus sindicatos, o que se tornou ainda mais agudo com o estabelecimento da república de Weimar e a preparação do terreno para o nazismo que ocorreu no interior desse governo de esquerda. Para compreendermos a historicidade desses processos, é necessário nos remetermos à teoria dos regimes de acumulação desenvolvida por Nildo Viana na sua obra “O Capitalismo na Era da Acumulação Integral, abordando apenas os aspectos essenciais para o objetivo do artigo. Todos esses acontecimentos que datam do final do século XIX até 1945, ocorrem durante o regime de acumulação intensivo, no qual o capital superou as crises e o movimento revolucionário, enfrentou novas crises e lutas, bem como promoveu a ascensão do nazismo e do fascismo, sendo que todos esses processos vão culminar na segunda guerra mundial.

Após a segunda guerra mundial o regime de acumulação intensivo é substituído pelo regime de acumulação conjugado, que tem como uma das características principais o “Welfare State”, o Estado Integracionista (também conhecido como de “Bem Estar

Social”), que promoveu políticas assistencialistas, meios de consumo em massa, sistema de créditos, dentre outras medidas e mecanismos que, favorecendo o consumo da classe trabalhadora, amorteceu a luta de classes. Nesse contexto, o bolchevismo e a social democracia, com todas as suas variantes (maoísmo, trotskismo, trabalhismo etc.), já haviam se homogeneizado muito profundamente nas lutas sociais e políticas, com maior influência dos partidos comunistas em países periféricos e dependentes, sobretudo aqueles oprimidos por processos ditatoriais (como o próprio Brasil nos anos 60), e maior influência dos partidos social-democratas nos países desenvolvidos e centrais. Autores críticos, como anarquistas, pequenos grupos de comunistas de conselhos e simpatizantes, também estavam presentes de maneira crítica, todavia, com muito menos influência e peso do que na época revolucionária

Com a crise do regime de acumulação conjugado, surge o atual regime de acumulação, isto é, o integral, que se desenvolve sobretudo nos anos de 1980. Há a substituição do Estado Integracionista pelo Estado Neoliberal, bem como a ascensão de uma fase mais avançada do imperialismo, que é o neoimperialismo. Com isso há um aprofundamento da exploração internacional e nacional, uma intensificação da extração do mais-valor relativo nos países centrais e do mais valor absoluto nos países subdesenvolvidos. Nessa época, o Brasil já estava saindo de uma ditadura empresarial-militar, as experiências pseudo-socialistas do Leste Europeu estavam em uma decadência cada vez mais visível, o que vai culminar no fim da União Soviética nos anos 90, além de crises profundas em aliados do regime que conseguiram sobreviver ao seu fim (principalmente Cuba e Coreia do Norte). Posteriormente, no fim da década de 90 também há o fim da Iugoslávia por conflitos étnicos e ações militares promovidas pela OTAN. Em suma, o capitalismo neoliberal suplantou o capitalismo de Estado, consolidando sua hegemonia em um mundo polarizado até então. Nesse momento, as organizações de esquerda estavam cada vez mais contaminadas por ideologias subjetivistas (pós estruturalismo, multiculturalismo, identitarismo) e, portanto, manifestando a nova fase do capitalismo, expressa no neoliberalismo. Os partidos de inspiração bolchevista continuaram existindo, mas com um poder muito menor do que antes da extinção da União Soviética.

As derrotas dos processos revolucionários e a contínua ascensão das ideologias que afirmavam representar o movimento operário, cada vez mais condizentes com os

interesses capitalistas, bem como uma redução drástica dos indivíduos que produziam teoria revolucionária, mais uma vez explícita uma discrepância entre o que é a radicalidade emancipadora e o que é a esquerda, já que uma estava indo na contra mão da outra. Isso confirma a tese do Korsch (KORSCH, 2006) de que a teoria marxista revolucionária se desenvolve lado a lado com o movimento operário, sendo expressão teórica deste. Desse modo, o avanço e recuo da teoria revolucionária depende do avanço ou do recuo do movimento revolucionário operário, embora isso não ocorra de forma unilateral e mecânica, afinal, certos grupos ainda conservam as conquistas teóricas revolucionárias do passado e tentam, na medida do possível, difundir e desenvolvê-las em momentos não revolucionários. Sendo assim, o próprio marxismo, em momentos de refluxo do movimento operário, é deformado pela esquerda e usado ao bel prazer para legitimar o reformismo e a burocracia. Basta pensarmos em teses modernas defendidas por pseudo-marxistas, como a de que a China é socialista ou está em transição para o socialismo, ou nas interferências ideológicas oriundas do pós-modernismo que contaminam o marxismo e esvazia o seu caráter totalizante e revolucionário.

Karl Marx parte de uma concepção semelhante ao demonstrar que as condições históricas influenciam diretamente nos problemas a serem propostos e resolvidos pela humanidade, o que inclui o desaparecimento de construção de novas sociedades, e com base nisso podemos afirmar que períodos de refluxo do movimento revolucionário apresentam obstáculos objetivos para o desenvolvimento da teoria revolucionária, além de fornecer ambiente fértil para ideologias:

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir (MARX, 2008, p. 48).

Com as derrotas revolucionárias do século XX, as mudanças econômicas, políticas e culturais que ocorreram no capitalismo, juntamente com a estagnação e integração ao capital do movimento operário (neopopulismo, estado integracionista) a teoria revolucionária se tornou um fenômeno raro e poucos são os indivíduos realmente engajados nesse sentido, mesmo entre organizações ditas marxistas. É justamente a esquerda, nesse momento atual de estagnação do movimento operário e decadência da

produção teórica, que adquire papel predominante no movimento operário, sem pretensão nenhuma de superar o capital (ou apenas discursivamente).

Elementos Teóricos e Políticos da Esquerda Contemporânea

É necessário compreender mais detalhadamente o que caracteriza a esquerda no período atual. Para tanto, serão abordados alguns dos principais elementos que constituem as organizações e militantes de esquerda, os quais, embora expressem a esquerda vigente, têm antecedentes históricos e, portanto, não são fenômenos novos. Apenas assim poderemos ter uma noção mais clara e totalizante do caráter inerentemente contrarrevolucionário da esquerda, compreendendo portanto que o discurso de que a esquerda deve ser renovada, reestruturada, renascida etc. é não apenas equivocado, mas também tem consequências nocivas para as lutas sociais, uma vez que suscita esperanças ilusórias em algo que não irá acontecer, isto é, que a esquerda se tornará um espectro revolucionário que luta autenticamente para a instauração do comunismo. Inclusive, esses discursos que clamam por uma “Nova Esquerda” normalmente só conseguem captar aspectos mais superficiais, defeitos e vícios mais aparentes das organizações, como, por exemplo, a falta de unidade entre organizações de esquerda (o que pode, na perspectiva revolucionária, ser lucidamente explicado através da burocracia e das disputas interburocráticas). O intuito aqui é apresentar uma visão estrutural e dialética da questão.

O primeiro elemento a ser realçado, e também provavelmente o mais presente na esquerda, é o politicismo. O politicismo, em linhas gerais, se refere à exagerada valorizada da política em detrimento das outras determinações sociais, onde estas estão em uma posição de submissão em relação àquela. Desse modo, a política adquire centralidade e autonomia em relação à totalidade social, ocorrendo assim uma “politização da totalidade”. Isso implica em uma cisão fundamental entre política e economia, de forma que a política não só tenha proeminência sobre a economia, como também tenha um suposto poder de determinar seus rumos fundamentais, de forma que o âmbito econômico só pode ser transformado de acordo com as regras da institucionalidade política. O parlamentarismo é uma das consequências principais do politicismo, e tem como base a crença de que a relação entre capital e trabalho é complementar e, portanto, basta apenas realizar ajustes que corrijam as contradições eventuais entre ambos. Sendo assim, no politicismo todos os problemas relevantes da sociedade só são potencialmente diagnosticados e resolvidos

apenas no ambiente institucionalizado, sendo que ações que transcendem esse círculo são frequentemente menosprezadas e até consideradas “selvagens”.

Desse modo, o aspecto parlamentar é limitado ao âmbito institucional e político oficial e, portanto, considera que as transformações sociais só podem e só devem ocorrer através das legalidades estabelecidas pelo Estado, isto é, através das eleições, das votações no congresso e no senado, das decisões do STF etc. Como supracitado, o politicismo, parlamentarismo e os outros elementos da esquerda contemporânea não são fenômenos novos, porém devem ser explicados dentro das especificidades que assumem atualmente. Nesse sentido, o politicismo na manifestação parlamentarista remete à esquerda reformista democrática. Todavia, o parlamentarismo reformista da social-democracia clássica era imbuído de fraseologias e discursos revolucionários, que apontavam para um socialismo que deveria ser feito progressivamente através de reformas sociais. Rosa Luxemburgo (2001, p. 41), uma das maiores críticas do “socialismo progressivo” bernsteiniano, afirma que “Bernstein rejeita a teoria do desmoronamento como via histórica que conduz à realização da sociedade socialista”, ou seja, havia a rejeição da revolução para a realização do socialismo, mas não a rejeição expressa do socialismo em si.

Por outro lado, após as derrotas da revolução alemã e russa, a perspectiva parlamentar social-democrata passou por um processo de esvaziamento do próprio discurso revolucionário, da ideia de um socialismo progressivo, e começou se manifestar cada vez mais em consonância com o capitalismo. Basta observarmos a evolução posterior da social-democracia alemã ao longo do século XX, bem como o seu modelo exportado para diversos outros países europeus e latino-americanos, que iremos constatar com clareza essas alterações. Nesse sentido, se a social-democracia ainda dissimulava seu verdadeiro caráter através da simulação discursiva de que lutava pelo socialismo, a social-democracia posterior às derrotas revolucionárias tornou-se abertamente conservadora, sendo inclusive amplamente utilizada como referência política para a aplicação do modelo keynesiano aos moldes dos estados integracionistas. Hoje os social-democratas, absorvidos pelas dinâmicas neoliberais, adotam um discurso conciliador entre o proletariado e burguesia e tenta agradar ambos, usando o parlamentarismo para a realização de certas políticas assistencialistas e de cooptação dos movimentos sociais, ao passo que mantém e amplia os superlucros da burguesia, sem efetivar nada de significativo para reformas estruturais tal como queriam os primeiros social-democratas. Ou seja, os social-democratas atuais nada

mais são do que a expressão escancarada e sem qualquer véu pseudo-revolucionário dos verdadeiros interesses da social-democracia desde sempre (com exceção das alas dissidentes que rompem com os diversos partidos social-democratas no período revolucionário do século XX).

Todavia, diferente do que muitos propagam, o politicismo não é apenas encontrado na social-democracia, que atua no sistema democrático liberal e visa mantê-lo. Ele também existe muito fortemente nos partidos bolchevistas/leninistas, não por “desvios”, mas pela própria essência do que é o bolchevismo. A via política adquire um caráter superior em relação ao âmbito econômico, mesmo que nos discursos e programas de tais partidos haja referências econômicas. A diferença é que enquanto os social-democratas visam chegar no poder através da eleição pela democracia, os bolchevistas visam a inserção no poder através de um golpe de estado, que seria efetivado pelos membros do “Partido Vanguarda” com a mobilização da população controlada por eles. Desse modo, um suposto “Estado Operário” seria estabelecido no lugar do “Estado Burguês” e os meios de produção seriam estatizados como sinônimo de socialização. Em essência, não há nenhuma revolução social emancipadora, mas sim uma revolução política que substitui uma forma de dominação por outra. Nada de fundamental é transformado nas relações de produção, a extração de mais-valor permanece, tal como a divisão social do trabalho, trabalho assalariado etc., e a única alteração é que os meios de produção são transferidos de várias empresas privadas para um único órgão, isto é, o Estado, cujos membros realizam tanto o papel de classe burocrática quanto de classe burguesa.

A tese da “China Socialista”, já citada brevemente aqui, é o desdobramento mais decadente desse politicismo, pois os critérios utilizados para defini-la assim, ou como um país que está em transição ao socialismo, são fundamentalmente políticos. Pelo fato de partido que está no poder se denominar comunista, pela forte presença do estado na economia, pelos trabalhadores poderem participar das ações das empresas, pelas referências ao Mao Tsé-Tung etc., os defensores dessa tese fazem dos mais absurdos malabarismos argumentativos e deformações teóricas (alguns chegando a citar Marx diretamente) para justificar o caráter supostamente socialista daquela experiência, sendo que a mesma é uma potência capitalista que manifesta esse modo de produção sem restrições, e em alguns aspectos de forma até mais desumana que nos países capitalistas ocidentais (como, por exemplo, na questão da exploração de mão de obra barata). Em

suma, tanto os social-democratas quanto os bolchevistas manifestam esse politicismo em suas ideias, programas partidários, discursos e práticas. Fazem isso desde sempre, mas na contemporaneidade atingem níveis mais expressamente declarados e, portanto, também decadentes. Podemos observar isso entre influencers da internet, que compõem diversos dos partidos ligados ao bolchevismo e social-democrácia, onde é muito comum a defesa de posições altamente questionáveis e que beiram o reacionarismo, como a defesa do Hamas no conflito entre Palestina e Israel, a defesa da Rússia no conflito contra a Ucrânia, exaltação da Coreia do Norte a considerando uma ditadura do proletariado etc.

Outro elemento que hegemoniza as organizações de esquerda atualmente é o dogmatismo. Esse elemento tem como base ideológica a sacralização de certos autores e a leitura religiosa dos escritos dos mesmos, considerando-os como portadores de uma verdade absoluta e, portanto, reduzindo a realidade à ótica dos mesmos. A base prática e política é a disciplina e a obediência às organizações das quais esses autores são referências máximas, o que implica na existência de dominantes e dominados, nesse caso, de uma classe burocrática que controla essas organizações (principalmente partidos políticos) e da base, os dirigidos por tal classe. É muito comum, no interior dos ditos partidos comunistas e reformistas, encontrarmos membros que agem como sectários, como se pertencessem a uma seita que detém a luz da emancipação humana e do verdadeiro e único conhecimento relevante. Para entendermos melhor como isso ocorre, é necessário retomarmos a concepção do Pannekoek (2007, p. 188) segundo a qual “os novos membros inexperientes geralmente se deixam dirigir pela experiência mais desenvolvida, pela compreensão mais profunda, pelos conhecimentos científicos e pela marcha adiante mais segura dos camaradas mais antigos”. Ou seja, em função dos novos militantes de uma determinada organização não terem experiência e desenvolvimento intelectual que abarque todas as teorias e processos históricos das épocas precedentes, eles tendem a seguir os mais experientes e desenvolvidos intelectualmente, e têm acesso a essas teorias e processos de uma forma condensada. Evidentemente que um militante inexperiente, com um desenvolvimento intelectual rudimentar, de fato deverá ter, a princípio, um acesso condensado ao que já foi produzido. O problema é que isso é utilizado de forma oportunista para estabelecer a dominação burocrática dentro dos partidos políticos.

A formação de militantes é profundamente mutilada e debilitada pela burocracia partidária, pois os primeiros são condicionados pela segunda a realizarem leituras muito

específicas, que estejam de acordo com os parâmetros ideológicos e práticos da organização. Nesse sentido, artigos e manuais introdutórios são produzidos pelos mais experientes e com mais autoridade na organização, de maneira que os novos militantes já façam leituras direcionadas e desenvolvam concepções que atendam às exigências da organização, e principalmente desenvolvam o senso de disciplina e obediência aos líderes. Compreender isso é de máxima importância, pois assim entendemos porque muitos militantes partidários agem com hostilidade, desprezo e deboche em relação àqueles dos quais discordam, tentando sempre impor suas concepções como um fanático religioso tenta impor suas crenças teológicas. O problema não é defender convicções e referências teóricas específicas, mas fazer isso dogmaticamente. Eles são impelidos a esse processo desde antes do ingresso na organização, pois normalmente já estavam sendo influenciados e doutrinados por fora, por membros que já faziam parte da organização. Assim um simpatizante principiante e curioso, com sentimentos nobres de transformação social, se converte em um membro de seita, em um sectário que vive em prol de difundir sua restrita formação teórica como a única capaz de “salvar”, como na crença cristã de salvação eterna. Aqueles que não condizem com isso, são os hereges inimigos da “revolução” e devem ser condenados como seres indignos e inferiores.

Um exemplo claro de como isso ocorre em partidos bolchevistas é a visão extremamente limitada que seus militantes possuem em relação ao debate do Lênin com o que ele denominava pejorativamente de “esquerdismo”, principalmente os comunistas internacionalistas, a esquerda anti-parlamentar inglesa e a esquerda comunista italiana. Os “marxistas-leninistas” acreditam fielmente que o escrito “Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo” foi uma crítica irrefutável do Lênin aos “esquerdistas”, sendo que a maioria também acha que tal escrito não foi respondido, embora o Gorter tenha respondido através da “Carta Aberta ao Camarada Lênin”, bem como o Franz Pfemfert através do seu escrito “A Doença Infantil de Lênin e a Terceira Internacional”. A história é contada pelos vencedores, e como o partido bolchevista na Rússia derrotou o movimento revolucionário do proletariado, efetivando a contrarrevolução burocrática, e o seu modelo de organização, ideologia e prática foi exportado para o resto do mundo, conseqüentemente esses escritos críticos foram escondidos e/ou desprezados. É muito conveniente e útil para os dirigentes partidários que seus membros, como os soldados disciplinados e obedientes que devem ser, não tenham acesso a produções que critiquem e refutem as teses leninistas que são o

alicerce da burocracia. Os que ousam se aprofundar, que apresentam ideias referenciadas em leituras que são dissonantes do cronograma ideológico do partido, são altamente hostilizados e até expulsos (como ocorreu com Maurício Tragtenberg, tal como ele relata na sua autobiografia). Isso não significa, porém, que não haja debates e divergências no interior da organização. Eles ocorrem, mas sempre dentro dos limites já estabelecidos, ou seja, acontecem ao passo que não prejudicam a lógica burocrática e sectária que sustenta o partido. Desse modo, sempre têm como pano de fundo aquele conjunto de autores e escritos que compõem os dogmas irrevogáveis a serem cegamente seguidos, mesmo que discutam seguindo o “centralismo democrático”, que na verdade é um centralismo burocrático.

No caso das organizações social-democratas, a questão ideológica não raramente é mais eclética e, portanto, o dogmatismo se apresenta de forma mais diversificada, normalmente baseado no pós-modernismo, pós-estruturalismo, mas principalmente no identitarismo. Com a derrota de Maio de 68 na França ocorrem diversas mutações culturais no capitalismo, e nesse processo há uma substituição do paradigma holista em voga até então, que se baseava em perspectivas como o estruturalismo, teoria dos sistemas etc., pelo paradigma subjetivista (VIANA, 2022), justamente a partir do qual ascende o conjunto de ideologias hoje ferrenhamente defendidas pelos reformistas. Os subjetivistas decretam a morte do sujeito e da objetividade, e o novo paradigma preconiza os múltiplos sujeitos, o relativismo, o irracionalismo, o neoindividualismo típico do neoliberalismo etc. A maior expressão desse paradigma é o movimento identitário, cuja maioria dos apoiadores incorporam intensamente o subjetivismo em suas posições e comportamentos. Nesse sentido, o movimento identitário predominante isola suas pautas e ignora, parcial ou completamente, a luta de classes e o movimento de massas e, portanto, efetivam avaliações e intervenções na realidade que se restringem apenas às minorias das quais fazem parte, além de também comumente agirem agressivamente diante de qualquer contestação, pela postura dogmática (daí surgem fenômenos como a cultura do cancelamento, dentre outros).

Não há uma compreensão da totalidade, que revele a necessidade de destruir o capitalismo e, portanto, que dê prioridade à luta dos trabalhadores, mas sim uma redução das lutas sociais apenas aos negros, LGBT's, às mulheres etc. Isso não apenas gera um conjunto de concepções equivocadas da realidade, como, por exemplo, a ideia de achar que a luta contra o racismo é de negros contra brancos, ou de que a luta contra o machismo e o

patriarcado é de mulheres contra homens, como também torna o movimento identitário profundamente suscetível a ser integrado à lógica do capital e, portanto, ser usado como meio de obter lucro. Um exemplo cotidiano disso é como a indústria cinematográfica se utiliza das pautas LGBT's e negras para fazer filmes (beijo gay, protagonista negra, transsexualidade), atreladas ao ideal de “representatividade”, para adquirir mais popularidade e conseqüentemente lucro, já que o subjetivismo identitário considera isso uma vitória e um grande passo rumo a supressão das opressões. É evidente que pautas identitárias são relevantes, todavia devem ser devidamente integradas na teoria revolucionária vinculada com os interesses do proletariado, que é a classe fundamental dessa sociedade juntamente com a burguesia. Isso implica na adesão da crítica da economia política, da luta de classes como motor da história, da análise materialista e dialética que desvele a totalidade das relações sociais etc. Existem coletivos identitários que partem de perspectivas marxistas e revolucionárias, porém são uma ínfima minoria em comparação com o *mainstream*

Por fim, dois elementos intimamente atrelados, embora com suas especificidades, serão abordados em conjunto dada a relação recíproca e necessária entre ambos. O praticismo e o voluntarismo são marcas registradas solidamente nos partidos políticos e outros tipos de organizações de esquerda. O primeiro diz respeito a uma postura que preza pela prática política em detrimento da teoria, enquanto que o segundo concerne à vontade em detrimento da racionalidade. O praticista é também um voluntarista, e vice e versa, portanto, há um reforçamento recíproco entre ambos de forma que o âmbito teórico e racional é substantivamente ignorado, e só existe ao passo que atende às exigências dos dois elementos. Porém, praticismo e voluntarismo possuem especificidades que devem ser explicitadas, de maneira que seja possível uma compreensão mais detalhada de como essa relação recíproca funciona. O praticista é um alérgico ao estudo, inimigo do aprofundamento teórico e do pensamento complexo, por isso Segundo Sérgio Lessa (2014, p. 93) “Nesta medida e neste sentido, para os praticistas a prática se transformou na instância única de produção e de resolução dos problemas teóricos.”. Nesse sentido, para o praticista o que importa são as estratégias e táticas que intervenham na realidade imediata, sendo o estudo e a formação teórica acessórios subordinados a esse imediatismo. Qualquer empreitada que ouse um desenvolvimento teórico mais profundo, com pesquisas e reflexões mais complexas, é prontamente hostilizada e caracterizada como academicismo,

como revisionismo, desvio pequeno burguês etc. Essa postura tem como pano de fundo o já abordado dogmatismo, pois implica na obediência e na leitura religiosa de autores que são divinizados como baluartes da transformação social, como Lênin, Mao Tsé-Tung, Enver Hoxha, Trotsky e diversos outros. Todavia, para além do dogmatismo, o praticismo para subsistir necessita do voluntarismo, pois é através da exagerada valorização da vontade, e principalmente, através da sua manipulação focalizada para objetivos muito específicos, que o praticismo se efetiva.

Existem muitas pessoas que são portadoras de boas intenções, de sentimentos humanistas nobres, e que são preenchidas pela revolta e pela desobediência ao perceberem e vivenciarem as desumanidades da sociedade capitalista. Porém, os sentimentos e as intenções, embora possam servir como um incentivo inicial, jamais serão suficientes. O grande problema é que o voluntarismo distorce a percepção dos indivíduos e hipercentraliza os elementos mais sentimentais, de maneira que os mesmos desprezem análises e ações mais racionais. A vontade e os sentimentos oriundos dela são manipulados pelos burocratas partidários e estatais através de discursos populistas abundantes de palavras de efeito, chamando assim os inconformados e descontentes para as ruas, o incentivando a lutar. Os dirigentes são especialistas nisso (saber funcional) e precisam ser para manterem o controle social. Desse modo, uma massa de pessoas é cativada por essa manipulação e age conforme ela, e isso pode ser verificado sobretudo na estética e na simbologia utilizada pelos voluntaristas. Muitos acham que estão contribuindo muito para a transformação social segurando cartazes e gritando palavras de revolta em um protesto que luta por alguma coisa, ou que estão sendo verdadeiros revolucionários porque usam uma camisa com a foto do Che Guevara, balançam bandeiras com o símbolo da foice e do martelo e postam em redes sociais frases isoladas de autores que não raramente nunca leram, além de terem também o hábito de participarem de discussões improdutivas e superficiais, dentre outras manifestações de um ativismo infantil. Evidentemente que o problema não é ir em protestos, fazer o uso de certas simbologias e estética, mas sim o apego demasiado a esses componentes como resultado do voluntarismo. Se por um lado existe toda essa disposição pelo estético e pelo simbólico, por outro falta disposição pelo esforço de se aprofundar teoricamente, afinal, exige muito menos esforço achar que está transformando mundo e reforçar os sentimentos que alimentam essa ilusão, do que se engajar em estudos sistemáticos e árduos que de fato proporcionam a compreensão da

realidade para que assim ela possa ser transformada, tornando portanto os iludidos indivíduos facilmente manipuláveis por elementos discursivos. Assim, tanto o praticismo quanto o voluntarismo desprezam a teoria e a racionalidade, porém o voluntarismo refere-se mais diretamente aos sentimentos derivados da vontade de fazer, enquanto que o praticismo é a prática direta, o fazer propriamente dito. O praticista precisa ser voluntarista para ter motivações que atribuam sentido à existência do próprio praticismo, e o voluntarista precisa ser praticista porque é assim que efetiva na prática seu voluntarismo e o reforça.

Em suma, a esquerda é essencialmente dominada pelo dogmatismo, praticismo, voluntarismo, politicismo, além de outros diversos aspectos vinculados a estes (parlamentarismo, subjetivismo identitarista, taticismo, estetização das lutas sociais etc). Isso ocorre tanto nos reformistas sociais democratas quanto nos bolchevistas. É quando retiramos o véu da falsa esperança de que um dia a esquerda irá se renovar e constituirá uma unidade de luta, como se todos fossem combater o capitalismo e as opressões de mãos dadas, que percebemos a necessidade não apenas de fazer uma crítica imanente e radical às suas organizações e ideologias, mas também superá-los com ideias, práticas e formas de organização que de fato estejam vinculados com os interesses da classe do proletariado e condizentes com o projeto da emancipação humana.

Considerações Finais

Em um cenário dominado por uma esquerda caduca, de forte influência da extrema direita no proletariado, do surgimento de “terceiras vias” que, no fundo, são apenas a reprodução do velho sob outro nome e discurso, o projeto de autogestão social demonstra ser mais atual do que nunca. O capitalismo, com suas tendências que geram crises cada vez mais fortes e dificultam a reprodução de capital a cada regime de acumulação, intensifica a degradação da humanidade e do meio ambiente, aproximando o planeta de sua autodestruição. A esquerda, imersa no politicismo, no dogmatismo, no voluntarismo, no praticismo, não tem nenhuma proposta significativa para lidar com isso, apenas remendos da estrutura política (seja por via democrática ou de golpe de estado), mas mantendo as mesmas relações de produção. Desse modo, o projeto de emancipação não é nem de esquerda nem de direita, bem como não é de centro, pois tais espectros são apenas graus distintos no interior da mesma relação entre capital e trabalho. A

humanidade, para sobreviver e se emancipar, tem que superar o capital e transformar as relações de produção. Socialismo ou Barbárie!

Referências

CHASIN, José. *Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda*. Revista Ensaio. [S.I.], n. 17/18, p. 1-189, 1989. Disponível em: <https://marxists.architexturez.net/portugues/chasin/1989/mes/crise.pdf>. Acesso em: 1 set. 2023.

DUGIN, Alexander. *A Quarta Teoria Política*. Rio de Janeiro: Ars Regia, 2012

GORTER, Herman. *Carta Aberta ao Camarada Lênin*. Crítica Desapiedada, 2022. Disponível em: <https://criticadesapiedada.com.br/carta-aberta-ao-camarada-lenin-herman-gorter/>. Acesso em: 15 out. 2023

LÊNIN, Vladimir. *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. 6ª edição, São Paulo, Global, 1989.

LESSA, Sérgio. *O Revolucionário e o Estudo: Por que Não Estudamos?* São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PANNEKOEK, Anton. Las Divergencias Tácticas en el Movimiento Obrero. In: GORTER, H. e PANNEKOEK, A. *El Materialismo Histórico; Las Divergencias Tácticas en el Movimiento Obrero*. SI, Ediciones Espartaco Internacional, 2007.

PFEMPERT, Franz. *A Doença Infantil De Lênin e a Terceira Internacional*. Crítica Desapiedada, 2020. Disponível em: <https://criticadesapiedada.com.br/2020/05/12/a-doenca-infantil-de-lenin-e-a-terceira-internacional-franz-pfemfert/> Acesso em: 15 out. 2023

VIANA, Nildo. (2022). *Direita e Esquerda: Duas Faces da Mesma Moeda*. Revista Marxismo E Autogestão, 7(10). Recuperado de <https://redelp.net/index.php/rma/article/view/1013>. Acesso em: 1 set. 2023.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. Aparecida-SP: Edições Ideias & Letras, 2010.

VIANA, Nildo. *As Consequências do Subjetivismo*. Informe e Crítica, 2022. Disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2022/02/as-consequencias-do-subjetivismo.html>. Acesso em: 1 set. 2023.

Texto aprovado para publicação em 15 de outubro de 2022.